

KUPFER, D. Poder de Venda. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 13/04/2015. Disponível em: <https://valor.globo.com/opinia0/coluna/poder-de-venda.ghtml>

Poder de Venda

13/04/2015

Ultrapassados os 100 primeiros dias do novo mandato presidencial e da guinada radical promovida na política econômica, o ceticismo vai dando lugar à crença de que o ajuste fiscal prometido não era uma cortina de fumaça. Ao contrário, seja pela contração das despesas, seja pelo aumento das receitas, seja ainda pela venda de ativos, a arrumação da casa das contas públicas vai ser mesmo perseguida a ferro e fogo ao longo desse ano de 2015, e não somente pelas cabeças coroadas da equipe econômica. Mas e depois? Qual será o padrão de crescimento econômico que se seguirá?

A percepção dominante ainda é a de que o ajuste é apresentado como uma etapa necessária para algo que ainda não se sabe exatamente o que é. Com o sucesso no convencimento da “troica” de agências de classificação de risco soberano a manterem o Brasil no “grau investimento” tudo indica que essa fase inicial de ajuste como um fim em si mesmo está se esgotando. Daqui para a frente, será fundamental que a política econômica explicita quais são as fontes de dinamismo que se espera que irão mover a economia no próximo ciclo. Afinal, as mazelas enfrentadas pelos países da zona do Euro, especialmente mas não somente a Grécia, evidenciam que austeridade em economia anêmicas não somente é ineficaz como pode ser contraproducente até mesmo para a própria consecução das metas de melhora da saúde fiscal.

Mesmo prevalecendo a visão otimista de que o ajuste será rápido e bem sucedido, o maior dos desafios não está aí. Difícil mesmo será conseguir recuperar as decisões de investimento desde já, em plena fase de retração econômica. Isso porque se o cenário básico prevê a economia retomar em cerca de dois anos e já estar em crescimento sustentado em quatro anos, evidentemente é necessário começar a investir desde já.

Ajuste macroeconômico não pode prescindir desde já de um esforço no mesmo passo da política industrial

Se o setor produtivo ficar esperando a economia funcionar a pleno vapor para só então começar a expandir a capacidade produtiva, será tarde demais e o país irá se deparar, novamente, com uma situação em que demanda “nova” será atendida por capital “velho” e, portanto, a custos crescentes, decretando uma trajetória de “stop and go” ao invés de um ciclo de crescimento. O significado disso é tão claro quanto temível: a sociedade irá pagar os elevados custos do ajuste sem colher os seus benefícios. Mais uma vez.

Qual é o problema aqui. É que a demanda maior do futuro não poderá ser eficientemente atendida pelo aumento da utilização do estoque de capital do presente. Parcela significativa dos ativos produtivos que estão hoje ociosos, salvo exceções, estão desgastados ou obsoletos e não constitui uma reserva de capacidade apta a ser mobilizada mais à frente. Importantes

defasagens tecnológicas acumuladas nos últimos anos exigem a sua substituição por capital produtivo novo. Por isso a renovação do parque fabril tem que começar já. E essa é a chave para que processos, produtos e a própria organização da produção sejam alvo de uma onda de modernização e incorporação de progresso técnico capaz de dar sustentação a um ciclo de crescimento futuro.

A opção por uma linha de política anticíclica, mesmo que tenha sido a decisão lógica a ser tomada em vista do quadro macroeconômico brasileiro e mundial de 2008 para cá, ressentiu-se da inadequação dos instrumentos adotados na sua implementação. A política anticíclica baseada na criação de poder de compra privado (consumo) e público, visando conferir capacidade de sobrevivência aos agentes econômicos pré-existentes mostrou-se contraditória com a política industrial, voltada para promover mudança estrutural, relacionada, portanto, à criação de novas competências produtivas e tecnológicas. É como se as políticas anticíclica e industrial tivessem se anulado.

Não se quer aqui questionar liminarmente a pertinência do uso de políticas de mobilização de demanda como instrumento efetivo de dinamização da economia. Porém, de nada adianta a criação de poder de compra sem o respectivo “poder de venda”. Poder de venda pode ser definido como a existência de capacidade produtiva eficiente, tecnologicamente atualizada, com mão de obra produtiva e gerencial qualificadas, em escala adequada, em uma configuração industrial (relações com fornecedores e clientes) funcional e assim por diante. Evidentemente isso não se cria por decreto, correspondendo a uma dimensão de política industrial mais complexa e desafiadora.

O problema é que poder de compra sem poder de venda significa ou vazamento da demanda criada para o exterior, o que mata a política pela via macroeconômica do déficit em conta corrente ou a ineficiência da oferta, o que mata a política pela via microeconômica dos custos crescentes ou da indisponibilidade do fornecimento. Por isso, o ajuste macroeconômico, mesmo que rápido e bem-sucedido, não pode prescindir desde já de um esforço *pari passu* da política industrial. Isso requer retomar o foco e a seletividade das políticas de produtividade e inovação, que o predomínio crescente dos objetivos anticíclicos foram deslocando, e também, e fundamentalmente, desenhar novas políticas de fomento ao investimento. É hora de pensar não apenas em quanto se investe mas também nas finalidades desses investimentos.

David Kupfer é professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ). Escreve mensalmente às segundas-feiras. E-mail: gic@ie.ufrj.br.